

RELATÓRIO E CONTAS **2016**

- ✓ **Relatório de Gestão**
- ✓ **Contas**
- ✓ **Anexo às Demonstrações Financeiras**
- ✓ **Certificação Legal das Contas**



Relatório de Gestão

Exercício de 2016



RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2016

Para dar cumprimento do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, a empresa **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.**, com o número de pessoa coletiva 505.100.436 com sede social no Largo de São João, Garden Shopping Center, loja 43, freguesia da Guarda (Guarda), concelho da Guarda, e com o capital social de 50.000,00€ (Cinquenta mil euros), com a atividade principal de corretagem de seguros vem por este meio apresentar o Relatório de Gestão e Contas do exercício económico findo a 31 de Dezembro de 2016, os quais expressam a sua situação financeira e resultados obtidos.

1. Evolução da Conjuntura

Economia Nacional

A economia portuguesa cresceu acima das expectativas mais otimistas dos analistas, com o PIB a acelerar para uma taxa de crescimento homóloga de 1,6% no terceiro trimestre. O produto interno bruto (PIB) português avançou 1,6% no terceiro trimestre deste ano face ao mesmo período de 2015, mostram os dados publicados pelo INE. Em cadeia, a economia cresceu 0,8%.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), este bom resultado deveu-se essencialmente a uma aceleração mais forte das exportações do que das importações. Além disso, a procura interna deu também um contributo mais positivo para o PIB, reflexo de mais consumo de bens não duradouros por parte das famílias.

O desempenho da economia nacional bateu assim as estimativas dos analistas. Os mais otimistas apontavam para um crescimento de 1,3%, enquanto os mais pessimistas esperavam uma variação de apenas 1%.

Face ao trimestre anterior - em cadeia - o PIB cresceu 0,8%. Uma aceleração significativa face aos seis primeiros meses do ano, quando cresceu 0,3% em cada um desses dois trimestres.

"Comparativamente com o segundo trimestre, o PIB aumentou 0,8% em termos reais (0,3% no trimestre anterior) ", escreve o INE. "O contributo da procura externa líquida foi positivo, refletindo o forte aumento das exportações de bens e serviços, enquanto a procura interna registou um contributo negativo."

Esta é a maior variação do PIB deste o terceiro trimestre do ano passado, que marcou o início da desaceleração da economia nacional, que se estendeu até metade deste ano. Numa análise em cadeia, este é o melhor resultado desde o quarto trimestre de 2013.

Este desempenho da economia surge depois de, entre Abril e Junho, a economia nacional ter crescido 0,9% em termos homólogos e 0,3% em cadeia. Os mesmos valores que já tinham sido observados no primeiro trimestre do ano.

Recorde-se que o Governo previa um crescimento económico de 1,8% para 2016, tendo revisto esse valor fortemente em baixa para 1,2%, quando apresentou o Orçamento do Estado para 2017.

Por trás do maior pessimismo em torno da economia está uma procura interna que não está a evoluir ao ritmo que o Governo tinha desenhado. O investimento, em concreto, apresentou alguns dos piores números dos últimos anos, com duas contrações consecutivas no primeiro e segundo trimestre do ano.

Análise do Sector

Em termos globais, a produção de seguro direto registou em 2016 uma diminuição de 14,6% face a 2015, situando-se em cerca de 10,2 mil milhões de euros. Para este decréscimo contribuiu de forma significativa a quebra de 23,7% verificada no ramo Vida. Os ramos Não Vida, pelo contrário, apresentaram um aumento de 7,2%.

Produção de seguro direto em Portugal	Valores em 10 ³ Euro		
	dez-14	dez-15	dez-16
Total	13 511 773	11 942 356	10 202 816
Ramo Vida	10 230 683	8 407 008	6 412 694
Ramos Não Vida	3 281 090	3 535 348	3 790 122

Fonte: ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (Relatório da Evolução da atividade seguradora 2016)

O desenvolvimento global da produção, tomando como base os valores trimestrais, é modelado pelo ramo Vida, dada a sua dimensão e dado que o comportamento da produção dos ramos Não Vida tem revelado alguma constância – em média, ao longo dos trimestres, em torno dos 900 milhões de euros, embora com uma tendência crescente. Face ao exposto, a estrutura da carteira apresentou uma composição diferente da observada em dezembro de 2015, com os ramos Não Vida a aumentarem o seu peso na carteira de 29,6% para 37,1%.



Fonte: ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (Relatório da Evolução da atividade seguradora 2016)

No de 2016, o valor global dos custos com sinistros de seguro direto apresentou um decréscimo face ao período homólogo (-2,8%), contrariando o crescimento verificado no ano anterior (8,7%). O ramo Vida viu os seus custos com sinistros diminuírem 6%, enquanto os ramos Não Vida apresentaram um acréscimo de 10,8%.

2. Evolução da atividade da empresa

No exercício de 2016 a Publisegur registou um aumento das prestações de serviços, passando de um valor global de 300.656€ em 2015 para 341.556,09€ em 2016.

O valor dos Fornecimentos e Serviços Externos aumentou cerca de 26% e os gastos com pessoal aumentaram cerca de 2.216€ (+2% face ao ano anterior).

O resultado líquido do exercício de 2016 cifrou-se em 12.456,46€ (em 2015 foi de 7.853,44€).

3. Análise Económica e Financeira da Empresa

No exercício de 2016 o resultado líquido é positivo em 12.456,46€.

A empresa melhorou os Capitais Próprios e por conseguinte a sua Autonomia Financeira.

Rubrica	2016	2015	Varição	% Variação
Resultados Líquidos	12.456	7.853	4.603	58,61%
Capitais Próprios	110.049	97.592	12.456	12,76%
Total do Ativo	352.045	376.871	-24.826	-6,59%
Total do Passivo	241.996	279.279	-37.283	-13,35%
Autonomia Financeira	31,3%	25,9%		



4. Evolução Previsível da Atividade

Na esperança que não venham a ocorrer condicionalidades externas, tem a Publisegur razões para esperar um exercício de 2017 na linha de orientação do que tem vindo a apresentar, continuando a dedicar especial atenção à qualidade de serviços prestada aos clientes e na formação dos colaboradores.

5. Aplicação de Resultados

É proposto pela Gerência da Empresa que o resultado líquido do exercício de 2016, o qual se cifrou em 12.456,46€, seja aplicado do seguinte modo:

- Resultados transitados: 12.456,46€

6. Notas Finais

A gerência da Publisegur, acrescenta ainda uma palavra de agradecimento por toda a confiança manifestada pelos órgãos sociais, e pela cooperação de todos os colaboradores, clientes, instituições bancárias, fornecedores e das demais entidades que com ela se relacionaram.

7. Por fim, declara ainda que:

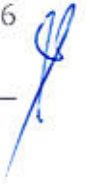
1. A empresa não é devedora quer ao Estado quer à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais em situação de mora. Dá-se deste modo cumprimento ao disposto no artigo 2º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro e no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo).
2. Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.
3. Não existem quotas próprias detidas pela empresa.
4. A empresa dispõe de três sucursais.
5. Não houve quaisquer autorizações concedidas nem se praticaram negócios entre a sociedade e a sua gerência.

Guarda, 07 de Abril de 2017

A Gerência,



Largo de S. João – Centro Comercial Garden, loja 43
6300-752 Guarda



Contas

Exercício de 2016

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

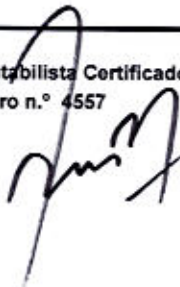
Balanço individual em 31 de Dezembro de 2016

Unidade Monetária: euros

Unidade Monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8/9	251.634,81	252.703,84
Activos intangíveis	7	8.129,36	48.228,51
Outros investimentos financeiros		750,00	750,00
		260.514,17	301.682,35
Activo Corrente			
Clientes	14	28.589,75	25.142,57
Estado e outros entes públicos	17	0,00	2.008,22
Outros créditos a receber	14	7.023,11	432,74
Diferimentos		3.684,51	2.019,08
Caixa e depósitos bancários	4	52.233,37	45.586,27
		91.530,74	75.188,88
Total do activo		352.044,91	376.871,23
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14	50.000,00	50.000,00
Reservas legais		10.000,00	10.000,00
Resultados transitados		37.592,13	29.738,69
		97.592,13	89.738,69
Resultado líquido do período		12.456,46	7.853,44
Total do capital próprio		110.048,59	97.592,13
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	9/14	186.601,41	210.143,71
		186.601,41	210.143,71
Passivo corrente			
Fornecedores	14	4.256,50	0,00
Estado e outros entes públicos	17	7.398,62	6.943,03
Financiamentos obtidos	9/14	23.584,90	23.627,50
Outras dividas a pagar	14	20.154,89	38.564,86
		55.394,91	69.135,39
Total do passivo		241.996,32	279.279,10
Total do capital próprio e do passivo		352.044,91	376.871,23

O Contabilista Certificado
Membro n.º 4557



A Gerência



PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

RENDIMENTOS E GASTOS 2015		PERÍODOS	
	NOTAS	12/31/2016	12/31/2015
Vendas e serviços prestados	11	341,556.09	300,655.92
Subsídios à exploração		3,949.88	2,766.85
Fornecimentos e serviços externos	17	(122,932.25)	(97,655.54)
Gastos com o pessoal	15	(136,066.94)	(133,850.39)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)	7/10	(40,099.15)	(32,647.61)
Outros rendimentos	17	2,941.12	580.00
Outros gastos	17	(9,972.58)	(6,810.27)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		39,376.17	33,038.96
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	(12,200.21)	(10,743.97)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		27,175.96	22,294.99
Juros e gastos similares suportados	14	(8,515.30)	(10,206.76)
Resultado antes de impostos		18,660.66	12,088.23
Imposto sobre o rendimento do período	13	(6,204.20)	(4,234.79)
Resultado líquido do período		12,456.46	7,853.44

Unidade Monetária: euros

O Contabilista Certificado
Membro n.º 4537

A Gerência

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

Democratização individual das alterações no capital próprio período findo em 31 de Dezembro de 2015

NOTAS	DESCRIÇÃO	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da entidade										Previsões que não constituem	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Reservas Transições	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações do capital próprio	Resultados líquidos do período	Total	
1	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO findo em 31-12-2015	50.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	19.738,63	0,00	0,00	431,60	81.738,63	81.738,63
2	ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
3	Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
4+2+3	Alterações de políticas contabilísticas												
	Quitação de concessão de demonstrações financeiras												
	Realização de excedente de revalorização												
	Transferências de revalorização												
	Ajustamentos por impostos diferidos												
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio												
5	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	431,60	0,00	0,00	(431,60)	0,00	0,00
6+1+2+3+5	RESULTADO INTEGRAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	431,60	0,00	0,00	7.853,44	7.853,44	7.853,44
	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
	Realização de capital												
	Distribuições de prémios de emissão												
	Distribuições												
	Entradas para cobertura de perdas												
	Outras operações												
6	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2015	50.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	19.738,63	0,00	0,00	7.853,44	97.592,13	97.592,13

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

Democratização individual das alterações no capital próprio período findo em 31 de Dezembro de 2015

NOTAS	DESCRIÇÃO	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da entidade										Previsões que não constituem	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Reservas Transições	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações do capital próprio	Resultados líquidos do período	Total	
6	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO findo em 31-12-2015	50.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	19.738,63	0,00	0,00	7.853,44	97.592,13	97.592,13
7	ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
8	Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
9+7+8	Alterações de políticas contabilísticas												
	Distribuição de concessão de demonstrações financeiras												
	Realização de excedente de revalorização												
	Transferências de revalorização												
	Ajustamentos por impostos diferidos												
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio												
9	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.853,44	0,00	0,00	12.456,46	12.456,46	12.456,46
9+7+8	RESULTADO INTEGRAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.853,44	0,00	0,00	12.456,46	12.456,46	12.456,46
	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
	Realização de capital												
	Distribuições de prémios de emissão												
	Distribuições												
	Entradas para cobertura de perdas												
	Outras operações												
10	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2015	50.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	27.592,13	0,00	0,00	12.456,46	110.048,59	110.048,59

O Contabilista Certificado
Membro n.º 4537

A Gerência

[Assinatura]

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

Demonstração individual de fluxos de caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

Unidade Monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		12/31/2016	12/31/2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		338,108.91	288,321.58
Pagamentos a fornecedores		(118,675.75)	(97,655.54)
Pagamentos ao pessoal		(136,066.94)	(133,850.39)
		83,366.22	56,815.65
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(6,204.20)	(4,234.79)
Outros recebimentos/pagamentos		(27,283.72)	17,810.85
		49,878.30	70,391.71
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)			
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(11,131.00)	100.00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			100.00
		(11,131.00)	100.00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(23,584.90)	(23,007.87)
Juros e gastos similares		(8,515.30)	(10,206.76)
		(32,100.20)	(33,214.63)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		6,647.10	37,277.08
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		45,586.27	8,309.19
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.1	52,233.37	45,586.27

O Contabilista Certificado
Membro n.º 4557

A Gerência

Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício de 2016

ANEXO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO:

1.1 Designação da Entidade:

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

1.2 Sede:

Sediada no Largo de São João, Centro Comercial Garden, Loja 43, freguesia da Guarda.

1.3 Natureza da atividade:

Tem como objeto social a mediação de seguros (C.A.E. 66220-R3) e número de pessoa coletiva 505.100.436.

1.4 Designação e sede da empresa-mãe final:

Mistelíder, S.A.

Lg. S. João Garden Shopping Center Lj 21 6300-752 Guarda

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, tendo assim sido adotadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

2.2 *Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta da empresa. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.



2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

As demonstrações financeiras do exercício de 2016 são comparáveis na sua plenitude com as do exercício de 2015.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

b) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Tais ativos correspondem a carteiras de seguros adquiridas nos termos do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 144/2006 com vidas úteis indefinidas, uma vez que não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem influxos de caixa líquidos para a entidade.

Anualmente são efetuados testes de imparidade, comparando a quantia recuperável com a quantia escriturada.

Fiscalmente e na sequência de despacho da Senhora Diretora de Serviços de IRC de 07/02/2012, foi autorizada a sua dedutibilidade.

c) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzidos das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para



cada grupo de bens. Fiscalmente, as depreciações estão enquadradas nas taxas máximas permitidas pelo Decreto Regulamentar nº 25/2009.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

- d) **Locação Financeira** – Encontra-se registado em Ativos Fixos Tangíveis um imóvel adquirido em exercícios anteriores com recurso a locação financeira, encontrando-se a dívida à Sociedade Financeira registada no Passivo, em Financiamentos obtidos, pelo respetivo custo de aquisição.

Mensalmente, ao efetuar-se o pagamento das rendas, evidencia-se quer o montante do capital amortizado quer o juro.

- e) **Acréscimos e Diferimentos** - A Empresa regista nestas rubricas, de acordo com o princípio do acréscimo, as despesas e as receitas imputáveis ao presente exercício que apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios pelo valor que lhes corresponde.

f) **Rédito**

O rédito é proveniente das prestações de serviços e é integralmente referente à obtenção de comissões de seguros decorrentes da atividade exercida, sendo reconhecido pelo justo valor do montante a receber.

g) **Impostos sobre o rendimento**

A estimativa de IRC é apurada de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta o previsto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

h) **Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:



Cientes e outras contas a receber

Os movimentos com clientes e outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Outras dívidas a terceiros e Sócios

As contas de outros terceiros e sócios encontram-se mensuradas pelo método do custo.

Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro nominal são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos não correntes quando a empresa tem o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato. Nos restantes casos são contabilizados em passivos correntes.

Os financiamentos referem-se a empréstimo efetuado pelos sócios à empresa e dívida referente a contrato de locação financeira.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e depósitos bancários correspondem aos valores em depósitos bancários, imediatamente realizáveis.

i) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, ajudas de custo, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Gerência.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

j) Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto nas NCRF. Em cada Balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a empresa intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

4. Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Rubrica	2016	2015
Caixa	-	-
Depósitos à Ordem	52.233	45.586
Total	52.233 €	45.586 €

Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método direto (método obrigatório), o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da empresa.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores, pelo que não se procedem a qualquer correção por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício de 2015, de acordo com a NCRF 4.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1 Remunerações do Pessoal Chave da Gestão

A gerência da sociedade é remunerada.

6.2 Saldos com partes relacionadas:

Rubrica	Saldo 31-12-2016	Nat.	Saldo 31-12-2015	Nat.
26 - Sócios	6.858	Devedor	14.083	Credor
25 - Financiamentos de Sócios	88.797	Credor	90.703	Credor
21/22 - Interglobal	3.139	Devedor	11.472	Devedor

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

7.1 Divulgações sobre ativos intangíveis

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Quantia escriturada de cada ativo intangível avaliado como tendo uma vida útil indefinida e razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida:

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição.

Tal como mencionado no ponto 3.1 b), a integralidade dos ativos intangíveis corresponde a carteiras de seguros adquiridas nos termos do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 144/2006, com vidas úteis indefinidas, uma vez que não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem fluxos de caixa líquidos para a entidade.

Em 31-12-2016 foram efetuados testes de imparidade, comparando a quantia recuperável com a quantia escriturada.

Tais testes consistiram na análise objetiva ao valor recuperável dos ativos subjacentes, subtraindo-se ao valor escriturado o montante proporcional de apólices canceladas.

Conforme Ofício n.º 3360 de 16-02-2012 enviado pela Direção de Serviços do Imposto sobre O Rendimento das Pessoas Coletivas à empresa, estas imparidades têm aceitação fiscal.

b) Quantia bruta escriturada e qualquer imparidade acumulada no começo e fim do período:

Rubricas	Situação Final (31-12-2016)			Situação Final (31-12-2015)		
	Quantia Bruta	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Carteiras de Seguros	205.296,18 €	197.166,82 €	8.129,36 €	205.296,18 €	157.067,67 €	48.228,51 €
Total	205.296,18 €	197.166,82 €	8.129,36 €	205.296,18 €	157.067,67 €	48.228,51 €

c) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Adições	Revalorizações	Alienações	Amortizações	Perdas Imparidade	Saldo Final
Carteiras de seguros	48.229 €	0 €	0 €	0 €	0 €	40.099 €	8.129 €
Total	48.229 €	0 €	0 €	0 €	0 €	40.099 €	8.129 €

7.3. Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.

Não existem compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis. As carteiras de seguros adquiridas em anos anteriores encontram-se totalmente pagas.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis****a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada, enquadrando-se nas taxas máximas constantes do Decreto Regulamentar n.º 25/2009:

Ativos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4 a 5
Equipamento administrativo	3 a 8

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período:

Rubricas	Situação Final(31-12-2016)			Situação Final(31-12-2015)		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Terenos e recursos naturais			0,00 €		0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	258.636 €	35.038 €	223.598 €	258.636 €	29.866 €	228.770 €
Equipamento básico	30.894 €	15.044 €	15.850 €	24.805 €	11.449 €	13.356 €
Equipamento de transporte	42.795 €	42.795 €	0 €	42.795 €	42.795 €	0 €
Equipamento administrativo	34.930 €	22.743 €	12.187 €	29.887 €	19.310 €	10.578 €
Investimentos em Curso			0 €	0 €	0 €	0 €
Total	367.254 €	115.620 €	251.635 €	356.123 €	103.419 €	252.704 €

c) **Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:**

Rubricas	Saldo Inicial	Adições	Revalorizações	Alienações/Abates	Depreciações	Perdas Imparidade	Saldo Final
Edifícios e outras construções	228.770 €				5.173 €		223.598 €
Equipamento básico	13.356 €	6.089 €			3.594 €		15.850 €
Equipamento de transporte	0 €						0 €
Equipamento administrativo	10.578 €	5.043 €			3.433 €		12.187 €
Investimentos em Curso	0 €						0 €
Total	252.704 €	11.131 €	0 €	0 €	12.200 €	0 €	251.635 €

8.2 Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis:

Em anos anteriores foram adquiridas com recurso a locação financeira as frações autónomas designadas pelas letras “TCA” e “UAC”, ambas na 1ª Cave – Zona CA, loja 43 e 44, respetivamente, do prédio urbano sito no largo de São João, Blocos A, B, C, D (Centro Comercial Garden - Guarda) sendo portanto a sociedade locadora a legítima possuidora dos imóveis.

Em 2012 foi adquirida com recurso a locação financeira a fração autónoma UCB, referente a uma loja no rés-do-chão do prédio urbano sito no largo de São João, Blocos A, B, C, D (Centro Comercial Garden - Guarda) sendo portanto a sociedade locadora a legítima possuidora dos imóveis.

9. LOCAÇÕES

a) **Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo:**

Designação do Bem	Activo Bruto	Amortização Exercício	Amortizações Exercícios Anteriores	Activo Líquido
Fracções TCA e UAC - lojas 43 e 44 - CC Garden (Guarda)	84.001	1.680	20.880	61.441
Fracção UCB - Lojas 21 - CC Garden (Guarda)	174.635	3.493	6.986	164.157
TOTAL	258.636	5.173	27.866	225.597

b) **Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente:**

Estima-se que as diferenças entre o total dos futuros pagamentos mínimos das locações financeiras no final do período e os seus valores presentes não sejam consideráveis, atendendo à taxa efetiva praticada nestes financiamentos.

c) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor nominal, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Valor data do balanço	Valor presente < 1 ano (2017)	Valor presente 1>5 <anos (2018 - 2022)	Valor presente > 5 anos (+2023)
Contrato locação financeira BBVA	10.987 €	6.175 €	4.812 €	
Contrato locação financeira CLF	82.903 €	5.503 €	27.514 €	49.885 €
Total	93.890 €	11.678 €	32.326 €	49.885 €

Em 31 de Dezembro de 2016, as responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Passivo corrente (ano 2017): 11.678 €

Passivo não corrente (ano 2018 e seguintes): 82.212 €

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela titularidade dos imóveis.

10. IMPARIDADE DE ACTIVOS

10.1 Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período:

No exercício de 2016 foram efetuados testes de imparidade aos ativos intangíveis resultantes das aquisições de carteiras de seguros relativamente às quais não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem influxos de caixa líquidos para a entidade.

Rubricas	Depreciações e imparidades acumuladas			
	Saldo Final (31-12-2015)	Reforço	Reversão	Saldo Final (31-12-2016)
Carteiras de Seguros	157.068 €	40.099 €		197.167 €
Total	157.068 €	40.099 €	0 €	197.167 €

10.2 Por cada perda material por imparidade reconhecida ou revertida durante o período para um ativo individual, ou para uma unidade geradora de caixa:

a) Acontecimentos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento da perda por imparidade:

As perdas por imparidade reconhecidas resultam do teste anual efetuado à quantia recuperável dos ativos associados às carteiras de seguros adquiridas e com vidas úteis indefinidas.

O teste realizado assentou na determinação objetiva do valor de cada apólice (de cada carteira adquirida) cancelada no exercício de 2016.



11. RÉDITO

11.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Rubricas	2016	2015	Variação	Variação %
Prestações de Serviços	341.556	300.656	40.900	14%

12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

12.1. Autorização para emissão:

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela Gerência e autorizadas para emissão em 07 de Abril de 2017.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

12.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Não foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço.

12.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.

Não ocorrem acontecimentos após a data do balanço que tenham dado lugar a ajustamentos.

13. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

13.1 Relacionamento entre gasto de impostos e lucro contabilístico:

Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.

8

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Resultado contabilístico antes de impostos	18.661 €	12.088 €
Resultado tributável	25.519 €	13.262 €
Taxa de imposto (IRC)	17%/21%	17%
Imposto estimado	4.759 €	2.255 €
Tributações autónomas	1.190 €	1.848 €
Derrama	255 €	133 €
Total de Imposto (IRC) do período	6.204 €	4.235 €
Taxa efectiva de imposto (IRC)	33%	35%

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

14.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados pelo seu valor de custo.

Categorias de ativos e passivos financeiros:

14.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

14.2.1 Clientes/Fornecedores/sócios/outras contas a receber e a pagar/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de fornecedores/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	Situação em 31/12/2016			Situação em 31/12/2015		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Activos						
Clientes	28.590 €		28.590 €	25.143 €	0 €	25.143 €
Outros créditos a receber	165 €		165 €	433 €	0 €	433 €
Diferimentos	3.685 €		3.685 €	2.019 €	0 €	2.019 €
Total	32.440 €	0 €	32.440 €	27.594 €	0 €	27.594 €
Passivos						
Fornecedores	4.257 €		4.257 €			
Outras dívidas a pagar	20.155 €		20.155 €	38.565 €	0 €	38.565 €
Total	24.411 €	0 €	24.411 €	38.565 €	0 €	38.565 €

14.2.2 Financiamentos obtidos

Modalidades de financiamento	Situação em 31/12/2016			Situação em 31/12/2015		
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Empréstimos bancários	11.907 €	15.593 €	27.500 €	10.000 €	27.500 €	37.500 €
Locações financeiras	11.678 €	82.212 €	93.890 €	11.931 €	93.637 €	105.568 €
Empresa-mãe - suprimentos e outros mútuo		88.797 €	88.797 €	1.697 €	89.007 €	90.703 €
Total	23.585 €	186.601 €	210.186 €	23.628 €	210.144 €	233.771 €

14.2.3 Instrumentos de Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, eram os seguintes os Instrumentos de capital próprio mensurados ao custo:

Rubrica	31/12/2016	31/12/2015
Capital Próprio		
Capital social realizado	50.000,00	50.000,00
Total	50.000,00	50.000,00

14.3 Total de rendimento de juros e total de gasto de juros para ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

Rubricas	Situação em 31/12/2016			Situação em 31/12/2015		
	Rendimento de juros	Gastos de juros	Diferença	Rendimento de juros	Gastos de juros	Diferença
Activos financeiros						
Depósitos Bancários			0 €			0 €
Total do activo	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Passivos financeiros						
Financiamentos Obtidos		8.515 €	-8.515 €		10.207 €	-10.207 €
Total do Passivo	0 €	8.515 €	-8.515 €	0 €	10.207 €	-10.207 €

14.4 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O capital social no montante de 50.000 euros encontra-se integralmente realizado.

14.5 Número de ações/quotas representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal.

O capital social encontra-se dividido em três quotas de valor nominal de 7.500€, 7.500€ e 35.000€.

14.6 Reconciliação, para cada classe de ações/quotas, entre o número de ações/quotas em circulação no início e no fim do período.

O número de quotas não teve alteração do início até ao fim do período.

14.7 Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão.

No exercício de 2016 não houve qualquer aumento de capital social.

15. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com Pessoal	31/12/2016	31/12/2015
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações do Pessoal	114.206 €	113.729 €
Encargos sobre remunerações	18.969 €	17.252 €
Seguros de acidentes de trabalho	347 €	296 €
Outros gastos com o Pessoal	2.545 €	2.574 €
Total	136.067 €	133.850 €

O número médio de funcionários durante o período foi de 9 (9 no ano anterior).

Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego, outros benefícios a longo prazo de empregados e bem assim benefícios atribuídos a título de cessação de emprego.

16. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

16.1 Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento à alínea b) do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários anuais relativos à prestação de serviços de Revisão Legal de Contas ascendem a 1.200 euros (sem IVA), não tendo sido faturados quaisquer outros serviços pela SROC, no ano de 2016. Em 31 de Dezembro a dívida de honorários ao Fiscal Único / SROC era de zero euros.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES**17.1 – Estado e outros entes públicos**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	Situação em 31/12/2016			Situação em 31/12/2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos						
Imposto sobre o rendimento	0 €	0 €	0 €	2.008 €	0 €	2.008 €
Total do activo	0 €	0 €	0 €	2.008 €	0 €	2.008 €
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	4.401 €		4.401 €	0 €	0 €	0 €
Retenção de impostos s/ rendimento	938 €		938 €	694 €	0 €	694 €
Contribuições p/ Segurança Social	2.034 €		2.034 €	2.007 €	0 €	2.007 €
Outros impostos	26 €		26 €	8 €	0 €	8 €
Total do passivo	7.399 €	0 €	7.399 €	2.708 €	0 €	2.708 €

17.2 - Diferimentos

A conta de diferimentos engloba gastos com 3.685€ a serem reconhecidos na demonstração de resultados do período seguinte, de acordo com o princípio do acréscimo (especialização dos exercícios).

17.3 – Outros gastos e perdas / Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as rubricas da demonstração de resultados Outros gastos e perdas e Outros rendimentos e ganhos e apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	31-12-2016	31-12-2015
Outros gastos		
Impostos	2.662 €	2.649 €
Correcções relativas a períodos anterior	3.795 €	
Donativos	848 €	1.142 €
Quotizações	2.220 €	2.420 €
Outros não especificados	448 €	600 €
Total	9.972 €	6.810 €
Outros rendimentos		
Rendimentos suplementares		100 €
Ganhos em inventários	125 €	
Rendimentos em investimentos não financeiro	127 €	
Correcções relativas a períodos anteriores	-133 €	
Outros não especificados	2.822 €	480 €
Total	2.941 €	580 €



17.3 – Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as rubricas da demonstração de resultados *Fornecimentos e Serviços Externos* apresentavam a seguinte decomposição:

Fornecimentos e Serviços Externos	31-12-2016	31-12-2015
Subcontratos		0,00
Serviços Especializados		
Trabalhos Especializados	9.714,13	7.696,18
Publicidade e Propaganda	3.187,04	2.080,04
Vigilância e Segurança		
Honorários	9.567,25	13.535,17
Conservação e Reparação	13.573,54	6.607,27
Outros		
Materiais		
Ferramentas e ut. desg. rápido	5.110,18	2.579,65
Livros e documentação técnica	3,49	
Material de escritório	5.694,69	3.723,40
Artigos para oferta		96,33
Energia e Fluidos		
Electricidade	5.289,79	2.198,41
Combustíveis	6.257,62	5.662,95
Água	189,03	240,95
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	10.805,08	10.996,85
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	27.422,45	15.236,10
Comunicação	10.880,93	15.709,63
Seguros	8.305,71	5.519,78
Contencioso e notariado		1.468,84
Limpeza, higiene e conforto	2.520,45	1.991,47
Outros Serviços	4.410,87	2.312,52
Total	122.932,25	97.655,54

17.4 – Ativos Contingentes

Em 31-12-2016 estava em curso um processo judicial em que a empresa é a autora e um antigo funcionário (vendedor de uma carteira de seguros à Publisegur) e um filho deste são réus, tendo sido pedida pela autora uma indemnização de 123.767€, em virtude de desvio de clientela.

18. RELATO FINANCEIRO DOS MEDIADORES DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS**18.1 – Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações.**

A Publisegur reconhece o rédito/remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra no exercício da atividade de mediação de seguros, reconhece o rendimento pelo justo valor das quantias recebidas ou a receber proveniente das comissões das seguradoras.

18.2 – Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo.

Por Natureza	Remunerações	
	2016	2015
Numerário/Cheque/Transferência	312.966 €	275.513 €
Remunerações a receber	28.590 €	25.143 €
TOTAL PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	341.556 €	300.656 €
Rendimentos em Espécie (Incentivos Comerciais)	0 €	0 €
Total	341.556 €	300.656 €

Por Tipo	Remunerações	
	2016	2015
Comissões	254.172 €	199.351 €
Honorários	87.384 €	101.305 €
Rendimentos em Espécie (Incentivos Comerciais)	0 €	0 €
TOTAL	341.556 €	300.656 €

18.3 – Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregadas por Ramo “Vida”, Fundos de Pensões e conjunto dos ramos “Não Vida”, e por origem.

Por entidade	Remunerações					
	Ramo Vida		Ramos Não Vida		Fundos de Pensões	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Empresas de Seguros	10.340 €	11.563 €	331.216 €	289.092 €	0 €	0 €
Outros Mediadores		0 €		0 €		0 €
Clientes		0 €		0 €		0 €
TOTAL	10.340 €	11.563 €	331.216 €	289.092 €	0 €	0 €

18.4 – Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira.



Por entidade	Remunerações	
	2016	2015
Empresas de Seguros	74%	64%
Outros Mediadores	26%	36%
Clientes	0%	0%
TOTAL	100%	100%

18.5 – Valores das contas “clientes” no início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentem fundos relativos a contratos de seguros;

Em 31-12-2016 e 31-12-2015 os saldos da conta “clientes” eram os seguintes:

	31-12-2016	31-12-2015
Conta Clientes	28.590 €	25.143 €

18.6 – Contas a receber e a pagar desagregadas por origem.

Por entidade	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2016	2015	2016	2015
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	0 €	0 €	0 €	0 €
Empresas de seguros	21.194 €	13.671 €	0 €	0 €
Empresas de Resseguros	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros mediadores	7.396 €	11.472 €	0 €	0 €
Clientes	0 €	0 €	0 €	0 €
TOTAL	28.590 €	25.143 €	0 €	0 €

18.7 – Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar.

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2016	2015	2016	2015
Fundos recebidos com vista serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	0 €	0 €	0 €	0 €
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	0 €	0 €	0 €	0 €
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros)	28.590 €	25.143 €	0 €	0 €
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar	0 €	0 €	0 €	0 €
Outras quantias:	0 €	0 €	0 €	0 €
Diferimentos	3.685 €	2.019 €	0 €	0 €
Remunerações a liquidar	0 €	0 €	2.142 €	2.142 €
Aquisição de carteira de seguros	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros não relacionados com seguros	0 €	0 €	0 €	0 €
Acréscimo de gastos	0 €	0 €	18.013 €	2.654 €
TOTAL	32.274 €	27.162 €	20.155 €	4.796 €



18.8 – Idade das contas a receber vencidas à data de relato (final de exercício).

Contas a receber	Até 8 dias		Até 15 dias		Até 30 dias	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Sem imparidade	0 €	0 €	0 €	0 €	28.590 €	12.808 €
Com imparidade	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
TOTAL	0 €	0 €	0 €	0 €	28.590 €	12.808 €

18.9 – Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito.

Não Aplicável.

18.10 – Transmissões de carteiras de seguros.

Carteira de Seguros			
Transmissões recebidas		Transmissões efectuadas	
2016	2015	2016	2014
-	-	-	-

18.11 – Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela.

Contratos de mediação de seguros cessados	Indemnizações de clientela	
	2016	2015
	0,00 €	0,00 €

18.12 – Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes.

Obrigações materiais	Obrigações materiais	
	2016	2015
	0,00 €	0,00 €

18.13 – Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações.

Cód. ISP	Vida	Não Vida	Total
1197	1.127 €	146.630 €	147.757 €
1010	2.536 €	85.452 €	87.989 €
1011	875 €	53.989 €	54.864 €
Total	4.538 €	286.072 €	290.610 €

18.14 – Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome.

Transferência de valores (prémios) para entrega às empresas de seguros em relação aos quais o corretor não tem poderes de cobrança	Valor total dos fundos	
	2016	2015
	0,00 €	0,00 €

18.15 – Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe foram outorgados poderes de cobrança.

Transferência de valores (prémios) para entrega aos resseguradores em relação aos quais o mediador de resseguros não tem poderes de cobrança	Valor dos fundos	
	2016	2015
	0,00 €	0,00 €

18.16 – Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas.

Transferência de valores (prémios) para entrega às empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas	Valor total dos fundos	
	2016	2015
	0,00 €	0,00 €

18.17 – Apresenta-se em seguida o valor das remunerações auferidas por segurador e segregadas entre os ramos Vida e Não Vida, no exercício de 2016.

Cód. ISP	Vida	Não Vida	Total	%
1197	1.127 €	146.630 €	147.757 €	43,26%
1010	2.536 €	85.452 €	87.989 €	25,76%
1011	875 €	53.989 €	54.864 €	16,06%
1026		15.438 €	15.438 €	4,52%
1173		11.601 €	11.601 €	3,40%
1043		7.217 €	7.217 €	2,11%
1028		5.223 €	5.223 €	1,53%
1129		4.268 €	4.268 €	1,25%
1021	3.899 €		3.899 €	1,14%
9999			0 €	0,00%
1029	1.068 €	74 €	1.142 €	0,33%
1085		505 €	505 €	0,15%
1160		625 €	625 €	0,18%
1039	319 €		319 €	0,09%
1025	212 €		212 €	0,06%
1188	157 €		157 €	0,05%
1096	143 €		143 €	0,04%
1184		109 €	109 €	0,03%
1145		76 €	76 €	0,02%
1014		10 €	10 €	0,00%
1132	3 €		3 €	0,00%
Total	10.340 €	331.216 €	341.556 €	100,00%

Guarda, 7 de Abril de 2017

O Contabilista Certificado,


 Jorge Manuel Morgado Bico
 (C.C. nº 4557)

A Gerência,


 Isabel Maria Rabaço Felício Costa



Certificação Legal das Contas

Exercício de 2016



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 - Capital social: 50.000 € - S.R.O.C. nº 176

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 352.045 euros e um total de capital próprio de 110.049 euros, incluindo um resultado líquido de 12.456 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA** em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 178

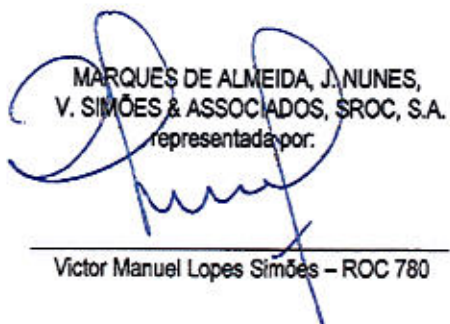
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Guarda, 11 de Abril de 2017

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
representada por:



Victor Manuel Lopes Simões – ROC 780